

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
CURSO DE AGRONOMIA
AGR99006 – DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FRANCINE PEREIRA DA SILVA

232614

“Atuação da EMATER-RS/ASCAR na assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento social no município de Camaquã”

Porto Alegre, julho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
AGR99006 – DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FRANCINE PEREIRA DA SILVA

232614

“Atuação da EMATER-RS/ASCAR na assistência técnica, extensão rural e desenvolvimento social no município de Camaquã”

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito para obtenção do Grau de Engenheiro Agrônomo, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Supervisor de campo: Eng. Agr., M.Sc. Emerson da Silva Portes

Orientador Acadêmico de estágio: Eng. Agr., Dr. Paulo Dabdab Waquil

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Prof. Renata Pereira da Cruz Depto. de Plantas de Lavoura (Coordenadora)

Prof. Aldo Merotto Depto. de Plantas de Lavoura

Prof. José Antônio Martinelli.....Depto. Fitossanidade

Prof. Roberto Luis WeilerDepto. de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia

Prof. Sergio Luis Valente Tomasini.....Depto. Horticultura e Silvicultura

Prof. Alexandre de Mello Kessler..... Depto Zootecnia

Prof. Pedro Selbach..... Depto de Solos

Prof. Clesio Gianello.....Depto. de Solos

Porto Alegre, julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que foi essencial para que eu chegasse até aqui. Especialmente a minha mãe, Marta, pelo apoio incondicional durante a graduação. Aos meus irmãos, tios e primos por sempre estarem junto à mim. Sou grata por tê-los como família.

Aos colegas que conheci ao longo do curso. Agradeço pela amizade, parceria, conversas e risadas. Levo-os carinhosamente em meu coração, tenho grande admiração por cada um de vocês.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Waquil. Foi uma grande honra ser sua orientanda. Grata pelas conversas, ensinamentos, sensibilidade e colaboração para a realização deste trabalho. És um grande exemplo de professor.

Agradeço à UFRGS, a Faculdade de Agronomia e à todos os professores que tive a oportunidade de aprender.

Agradeço ao Núcleo Acadêmico da Faculdade de Agronomia, especialmente às servidoras Shirley e Andrea, pelo acolhimento, auxílio e orientação na graduação.

Ao Núcleo Acadêmico da Faculdade de Educação, da qual fui bolsista por alguns anos. Agradeço pela amizade, carinho, companheirismo, risadas, ensinamentos e aconselhamentos. Estarão sempre em meu coração. Sou extremamente grata por ter compartilhado momentos especiais com vocês.

Aos servidores da EMATER-RS/ASCAR de Camaquã pelo acolhimento e compartilhamento de experiências no período do estágio. Agradeço principalmente, ao meu supervisor de campo, Eng. Agr. Emerson Portes, pelo aprendizado e experiência na extensão rural.

Finalizo, agradecendo aos produtores rurais de Camaquã, que em todas as visitas nos receberam com respeito e cortesia. O que favoreceu grandiosamente o meu aprendizado no estágio.

RESUMO

O estágio curricular realizou-se na Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR), no escritório municipal de Camaquã. O objetivo do estágio foi vivenciar as atividades de extensão rural e assistência técnica prestadas para a agricultura familiar, na busca por desenvolvimento social e sustentável. As principais atividades realizadas estavam relacionadas com o registro do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o Programa Monitora Ferrugem RS e vistorias para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Outras atividades envolveram participação em eventos e vistorias às lavouras da região. O estágio possibilitou observar a importância dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar do município, pois contribuem para geração de renda e melhoria de vida das famílias do meio rural.

Palavras chaves: agricultura familiar, extensão rural, EMATER-RS/ASCAR.

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Localização de Camaquã no Rio Grande do Sul.....	8
2. Representação gráfica da forma do relevo de Camaquã através do perfil de elevação.	9
3. Distribuição dos distritos.	11
4. Coletor de esporos (A) e Representação da lâmina confeccionada para ser posicionada no coletor de esporos (B).	20
5. Mapa da ocorrência de esporos da Ferrugem Asiática da soja - safra 2022/23, Rio Grande do Sul.	21
6. Carteirinha do CAF	23
7. Danos causados pela estiagem na planta de milho (A) e espigas colhidas da lavoura (B).	25
8. Colheita do fumo na região serrana de Camaquã.	26
9. Agroindústrias visitadas (à esquerda e direita superior) e produtos comercializados na Mostra da Viticultura de Camaquã (à esquerda e direita inferior).....	27
10. Mapa de abrangência da Rota dos Buriázais (à esquerda), artesanato produzido a partir das fohas do butiá (à direita superior) e livros elaborados a partir do programa (à direita inferior).	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DE CAMAQUÃ	8
2.1 Localização	8
2.2 Aspectos edafoclimáticos	9
2.3 Aspectos socioeconômicos	10
3. CARACTERIZAÇÃO DA EMATER-RS/ASCAR.....	12
4. REFERENCIAL TEÓRICO	14
5. ATIVIDADES REALIZADAS	19
5.1 Programa Monitora Ferrugem RS	19
5.2 Registro e emissão do documento do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-PRONAF).....	21
5.3 Vistorias do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)	24
5.4 Outras atividades realizadas.....	26
6. DISCUSSÃO	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

1.INTRODUÇÃO

Este relatório foi elaborado a partir do estágio curricular obrigatório realizado no escritório da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER/RS-ASCAR, localizado no município de Camaquã, Rio Grande do Sul. O período de estágio foi de 16 de novembro de 2022 à 27 de janeiro de 2023, com carga horária semanal de 30 horas, totalizando 318 horas de estágio.

A função essencial da EMATER é o fomento à agricultura familiar, prestando serviços de assistência técnica e extensão rural, de modo a colaborar no trabalho do pequeno produtor. Em Camaquã, assim como em todas as cidades em que está presente, a EMATER cumpre um importante papel na assistência de famílias que vivem e trabalham no campo, pois é através da instituição que ocorre o acompanhamento técnico e capacitação dos produtores. Além do apoio técnico, destaca-se o importante trabalho realizado com o desenvolvimento e promoção do turismo rural da região, contribuindo para fonte de renda e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores deste setor.

Para a escolha do local de estágio, considerou-se todo o aprendizado adquirido durante a graduação e o interesse em trabalhar com a agricultura familiar. A diversidade de tarefas exercidas pelo Agrônomo na instituição, com abrangência em muitas áreas estudadas no curso, também estimulou a escolha. Outro fator considerado foi a possibilidade de interação com os trabalhadores do campo, oportunizando diálogos e aprendizado nas diversas áreas da Agronomia.

O objetivo do estágio foi vivenciar o trabalho cotidiano do Engenheiro Agrônomo nas atividades exigidas pela extensão rural. Foram realizadas visitas à lavouras de soja, milho, arroz e tabaco visando conhecimento das áreas e análise dos sistemas de cultivo, assim como ocorrência de doenças, insetos e plantas daninhas. Outras atividades incluíam o registro do CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), participação em feiras e eventos, assim como visitas à pomares de uva e agroindústrias. Foi possível também acompanhar vistorias para a elaboração de laudo do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) na cultura do milho e ações junto às comunidades indígenas da região. Ressalta-se que as políticas

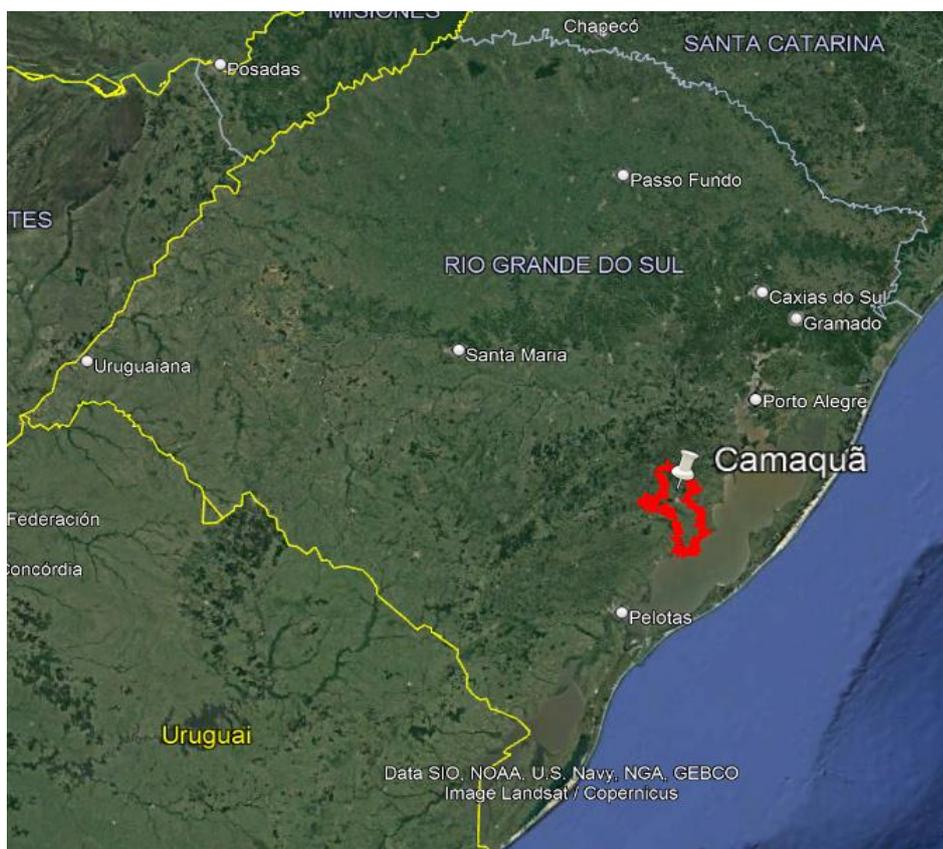
públicas direcionadas à agricultura familiar são uma base importante no desenvolvimento rural do município.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DE CAMAQUÃ

2.1 Localização

Camaquã está localizada na Serra do Sudeste (Encosta da Serra do Sudeste), faz parte da região centro-sul do estado e tem área territorial de 1.680,168 km² (IBGE, 2022). O município está a 127 km de distância da capital, Porto Alegre. Os municípios limítrofes são: Arambaré, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul, Amaral Ferrador, Cristal, Chувиска e Dom Feliciano. A bacia hidrográfica da cidade é formada principalmente pelo Arroio Duro, que abastece a cidade; outros arroios, como o Velhaco, Tigre e Sutil e a Lagoa dos Patos são comuns aos municípios vizinhos.

Figura 1 - Localização de Camaquã no Rio Grande do Sul.



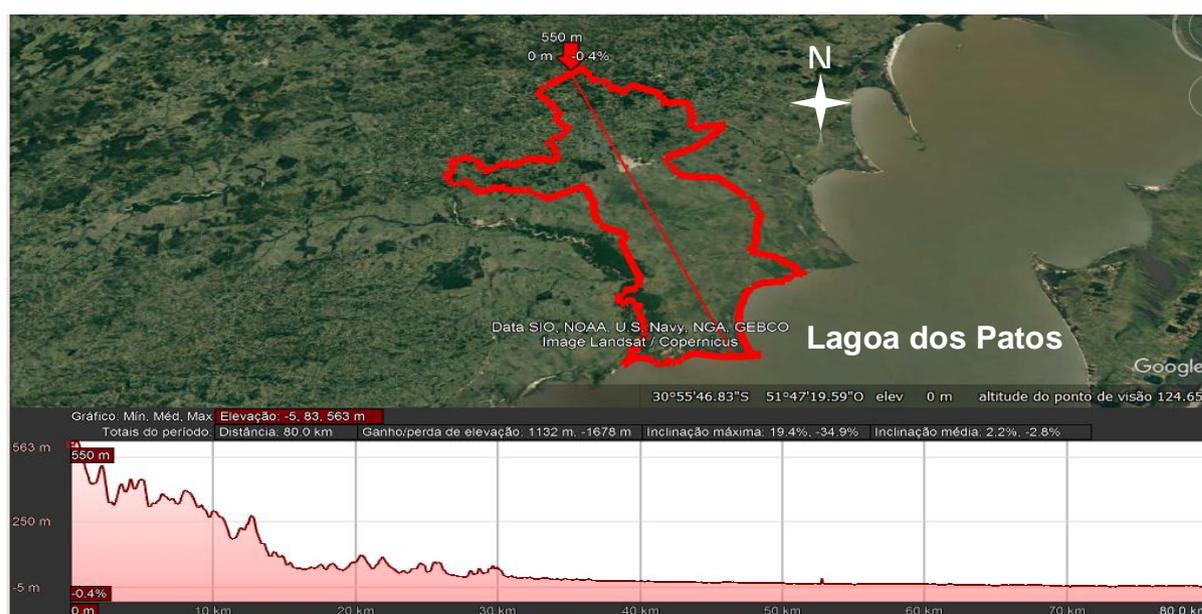
Fonte: Autora, adaptado do Google Earth.

2.2 Aspectos edafoclimáticos

O clima da região é do tipo Cfa de Köppen, subtropical úmido, com temperaturas médias no inverno e verão de 14 °C e 24 °C, respectivamente. No inverno é possível que ocorram dias com temperaturas menores que 10 °C, assim como no verão temperaturas maiores que 30 °C são comumente registradas. A vegetação do município é constituída pelo bioma Pampa (IBGE, 2019). As paisagens do Pampa se caracterizam pelo predomínio de campos nativos, com presença de matas ciliares, formações arbustivas, butiazais, banhados e afloramentos rochosos (Ministério do Meio Ambiente).

Em Camaquã, encontramos duas regiões com diferentes formas de relevo: a região serrana e as planícies. A região serrana situa-se à oeste do município, apresenta relevo mais acentuado, variando de forte ondulado a ondulado, constituído por planaltos, vales, coxilhas e colinas, sendo possível observar, em alguns locais, aspectos de serra. As planícies, à leste, apresentam relevo plano a levemente ondulado, compreendendo as áreas de várzeas junto à Lagoa dos Patos (Cunha *et al.* 2000).

Figura 2 - Representação gráfica da forma do relevo de Camaquã através do perfil de elevação.



Fonte: Autora, adaptado do Google Earth.

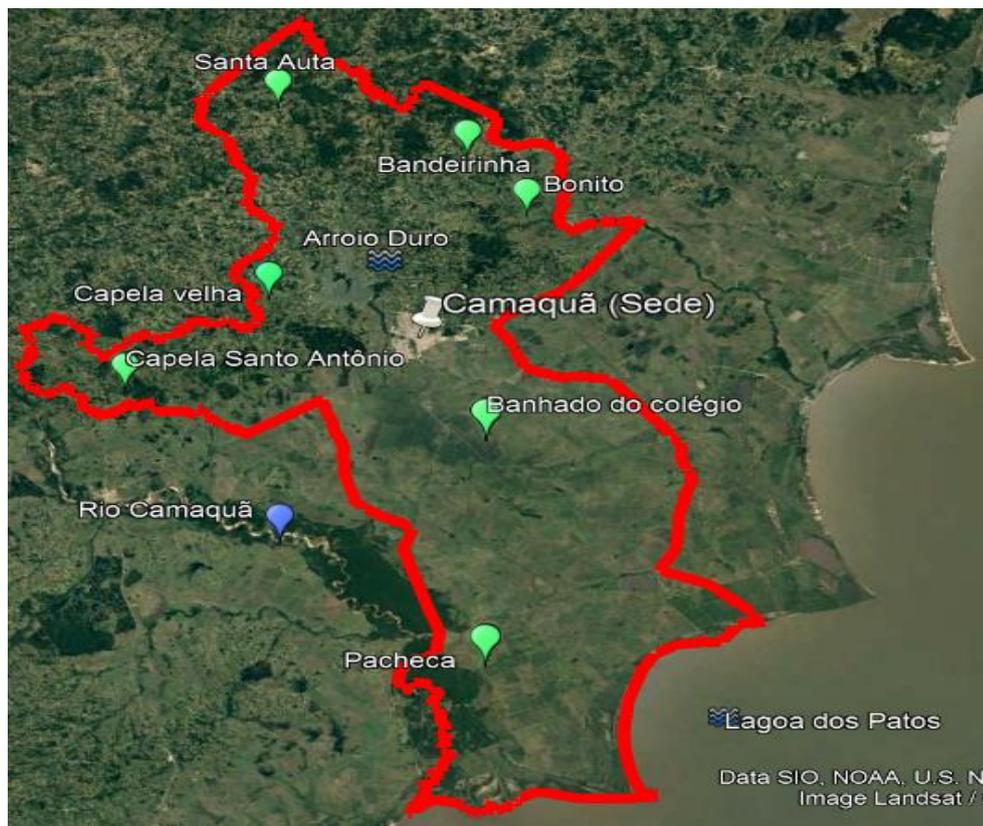
Os solos encontrados no município pertencem às classes Argissolos e Gleissolos. Nas áreas da região serrana os solos são pouco profundos, cascalhentos, com afloramentos de rocha e importantes limitações ao uso agrícola, classificados como Argissolos Vermelho-Amarelo Distrófico abruptos (Cunha *et al.* 2000). São constituídos por horizonte B textural bruno avermelhado a vermelho amarelado, tem boa drenagem e apresentam saturação por bases inferior a 50%, tem baixa fertilidade natural e acidez elevada (Santos *et al.* 2006). Nas planícies há predominância de Gleissolo Melânico Eutrófico incéptico hístico (Cunha *et al.* 2000). Este tipo de solo tem alta atividade de argila e saturação por bases superior 50% nos horizontes B e/ou C, são solos hidromórficos com horizonte glei que pode ser superficial A ou subsuperficial B, C ou E; o horizonte superficial A apresenta cor cinzenta à preta (Santos *et al.* 2006).

2.3 Aspectos socioeconômicos

Camaquã é uma cidade polo na região centro-sul, com a economia baseada na produção agropecuária e tendo na orizicultura a principal fonte de renda. Outras importantes culturas são o fumo e a soja, com participação importante na economia do município. Em 2018 o PIB de Camaquã foi de R\$ 2,011 bilhões, no qual os setores de serviços, indústria e agropecuário representaram 69%, 16% e 14% respectivamente (SEBRAE, 2020).

A população estimada de Camaquã é de 66.036 habitantes; destes, 14.301 residem no meio rural, em distritos que constituem o município (SEBRAE, 2020). Estes distritos são: Bandeirinha, Banhado do Colégio, Bonito, Capela Santo Antônio, Capela Velha, Pacheca e Santa Auta. Os distritos da região serrana caracterizam-se por pequenas propriedades agrícolas, de mão de obra familiar, especializadas na fomicultura, além da produção de alimentos, como feijão e hortifrutigranjeiros para subsistência. Nas áreas de planícies localizam-se as médias e grandes propriedades, com características de agricultura patronal; as atividades agrícolas tradicionais são o cultivo do arroz irrigado e a pecuária. Destaque também para a soja que cresce em área plantada e produtividade em todo o município.

Figura 3 - Distribuição dos distritos.



Fonte: Autora, adaptado do Google Earth.

A fumicultura é uma atividade que exige mão de obra intensiva, por isso é desenvolvida principalmente pela pequena propriedade familiar. Segundo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), na safra 2018/2019, em Camaquã, 2.508 produtores produziram 13,7 mil toneladas da folha, ocupando o 9º lugar entre os 30 municípios que se destacaram em produções mais expressivas de tabaco no Brasil. O tabaco vem sendo alvo de políticas de substituição e diversificação de culturas em função da tendência de queda de consumo mundial e aumento das restrições aplicadas por países consumidores, restrições estas ligadas à conscientização acerca dos efeitos negativos resultantes do hábito de fumar.

O cultivo tradicional nas áreas de planície costeira de Camaquã é o arroz irrigado. Conforme o IBGE (2017), o município possui 198 estabelecimentos agropecuários cultivando em 30.905 hectares, obtendo produção de 225,2 mil toneladas do arroz com casca. As três maiores indústrias de arroz do estado estão presentes em Camaquã: a Camil, que é considerada a maior indústria de beneficiamento do Brasil, a Santalúcia e a Arrozeira Bom Jesus. O Instituto Rio-

grandense do Arroz (IRGA) tem sede no município atuando exclusivamente na assistência técnica e extensão rural para a cultura.

A pecuária é uma importante atividade agrícola no município, destacam-se principalmente rebanhos bovinos e ovinos. Segundo o IBGE (2017), são 1.769 estabelecimentos agrícolas trabalhando com bovinocultura de corte e/ou leite em Camaquã, totalizando um rebanho de 46.971 cabeças. O rebanho ovino corresponde a 4.175 cabeças, que estão distribuídas em 158 estabelecimentos agrícolas e são destinadas à ovinocultura de corte. A pecuária, juntamente com o arroz irrigado, é atividade agrícola tradicional na região de planície costeira do município.

Além dos cultivos tradicionais, Camaquã possui 10 produtores locais de uva; as principais variedades cultivadas são uva Bordô (suco e consumo *in natura*), Niágara Branca e Niágara Rosa (consumo *in natura*), estas também são as variedades que melhor se adaptaram à região. A área total com parreiras é de 5,3 hectare, tem ocorrido aumento significativo da área plantada nos últimos anos. Muitos desses produtores possuem em suas propriedades pequenas agroindústrias para elaboração de sucos, vinhos, geleias e outros produtos derivados da uva, que são comercializados no município.

A pavimentação asfáltica é algo recente no município, um projeto de lei aprovado em 2019 permitiu a contratação de crédito para avanço na pavimentação de avenidas importantes e com trânsito intenso, inclusive possibilitando a construção de uma ciclovia em uma dessas vias. Entretanto, na zona rural as estradas de terra que ligam ao município estão em condições inadequadas, a falta de manutenção e conservação dificulta o tráfego de veículos e trânsito de pessoas.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é de 0,72 apresentando desenvolvimento socioeconômico médio. Camaquã pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Centro Sul, região caracterizada por possuir indicadores sociais de renda e educação que estão entre os piores do estado, o que enfatiza a necessidade de políticas públicas para geração de renda e educação.

3. CARACTERIZAÇÃO DA EMATER-RS/ASCAR

Em 2 de junho de 1955 foi criada, no Rio Grande do Sul, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), com os principais objetivos de desenvolvimento rural e bem estar das populações rurais. Em 1977, a ASCAR passa

a atuar conjuntamente com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo denominada EMATER/RS-ASCAR no estado. A instituição construiu sua história colocando em prática políticas públicas importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar ao longo do tempo (EMATER/RS, 2023).

O público assistido pela instituição inclui agricultores e pecuaristas familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados. O trabalho realizado atende às demandas de assistência técnica e extensão rural nas mais diversas atividades agrícolas. Outros serviços prestados pelo órgão abrangem elaboração e acompanhamento de projetos de crédito rural, apoio na gestão de propriedades, registro do CAF, classificação e certificação de produtos agropecuários, rastreabilidade de produtos vegetais frescos, participações em feiras, eventos e conselhos (EMATER/RS, 2023).

A EMATER/RS é organizada em 12 regionais, cada uma com seu escritório regional que é vinculado ao escritório central, localizado em Porto Alegre. Ao todo, a instituição está presente em 493 municípios no Rio Grande do Sul através de escritórios municipais em convênio com as prefeituras, estão agrupados em microrregiões sob responsabilidade de um supervisor regional. Além dos escritórios, a EMATER/RS conta com oito centros de treinamentos, 30 unidades de classificação, sete unidades de cooperativismo e dois laboratórios distribuídos pelo estado (EMATER/RS e ANATER, 2021). Conforme o IBGE (2017) 80% dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul estão enquadrados na categoria de agricultura familiar e são assistidos pela EMATER/RS.

Camaquã pertence à regional Porto Alegre, o escritório municipal localiza-se na Rua Major Lúcio Meirelles Nº 61. O quadro de funcionários é formado por três Engenheiros Agrônomos, um Técnico Agrícola e uma Extensionista Social, que atendem os pequenos e médios produtores da região. As principais atividades desenvolvidas são registro do CAF – antiga Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) –, elaboração de projetos de crédito rural, visitas e orientações técnicas, participação em conselhos municipais e eventos. Além das atividades de rotina, eventualmente, demandas de outros municípios da regional são atendidas.

Atualmente a EMATER/RS tem cerca de 1.700 servidores públicos, com uma configuração multidisciplinar formada por engenheiros agrônomos, zootecnistas,

médicos veterinários, sociólogos, pedagogos, nutricionistas, entre outros profissionais (CAVALAR, 2022). A multidisciplinaridade do corpo funcional, permite que a entidade coordene e execute diversos programas em áreas técnicas, econômicas e sociais mantendo seus serviços com qualidade e eficiência.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Peixoto (2008), no século XIX, em propostas de legislação do governo brasileiro, já haviam ações rudimentares de extensão rural nas políticas públicas. No Sicon (Sistema de Informações do Congresso Nacional) há registros que em 1859 e 1860 foram criados quatro institutos imperiais de agriculturas, que tinham atribuições de ensino e pesquisa agropecuária e orientações para a difusão de informações. Outro marco importante no Brasil foi a Semana do Fazendeiro realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura (atual Universidade Federal de Viçosa), com cursos e palestras.

A extensão rural no Brasil surge sob forte influência norte-americana, primeiramente com o objetivo de superar o atraso na agricultura. Sendo assim, era necessário "educar" o público rural, mas a principal finalidade era que este público passasse a adquirir insumos agrícolas considerados fundamentais para modernizar o campo. Neste modelo mais "tecnicista" eram desconsiderados os meios culturais, sociais, ambientais em que o povo rural estava inserido, assim como não eram importantes os seus conhecimentos empíricos e anseios (LISITA, 2005).

Conforme Lisita (2005) a extensão rural no Brasil teve três fases. A primeira chamada de "humanismo assistencialista" que prevalece até meados dos anos 1960. Nesta fase, o extensionista visava o aumento da produtividade agrícola, diminuindo a mão de obra necessária pra a produção e aumentando a renda familiar. A consciência crítica dos agricultores não era estimulada.

A segunda fase, denominada "difusionismo produtivista", coincidiu com o período de abundância de crédito rural subsidiado, a partir de 1964, o que condicionou a atuação do extensionista. Esta política tinha aspecto excludente, pequenos agricultores não tinham acesso ao crédito. O homem do campo era basicamente orientado pela extensão rural a adquirir insumos agrícolas para a modernização. Neste período surge a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), expandindo os serviços de extensão rural pelo país. Na terceira fase,

o “humanismo crítico” que teve início nos anos 1980 até os dias atuais, os aspectos do meio em que o público alvo está inserido, suas experiências e conhecimentos começam a ser considerados pela extensão rural. Os extensionistas são orientados ao uso de metodologias participativas de intervenção rural (LISITA, 2005).

Segundo Peixoto (2008), o conceito de extensão rural “não é autoexplicativo”. Pode ser conceituado de três formas: como processo, como instituição e como política. Como processo, significa o ato de levar ou transmitir informações de uma fonte geradora ao público alvo. Na forma de processo, é entendido como processo educativo de comunicação de diversos conhecimentos técnicos ou não. Neste ponto, a extensão rural difere conceitualmente de assistência técnica pois não, necessariamente, terá um caráter educativo. A assistência técnica visa resolver problemas mais pontuais ou específicos, podendo não capacitar o agricultor. O sentido de instituição refere-se às organizações estatais prestadoras dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que desempenham importante papel no processo de desenvolvimento dos pequenos agricultores. O autor destaca também que extensão rural pode ser entendida como política pública, assim referindo-se às políticas de extensão rural elaboradas pelos governos (federal, estadual e municipal) e executadas por organizações públicas ou privadas (PEIXOTO, 2008).

As primeiras instituições criadas para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados brasileiros foram as Associações Brasileiras de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que funcionavam de acordo com o modelo norte-americano. Estas associações não tinham fins lucrativos, ofereciam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito rural junto aos agentes financiadores. A primeira ACAR foi criada em Minas Gerais em 1948, nas duas décadas seguintes foram surgindo as demais ACARs. Enquanto nos Estados Unidos o crédito supervisionado por serviços de assistência técnica já era um hábito para os produtores rurais, no Brasil era uma inovação (PEIXOTO, 2008).

Em 1990 a EMBRATER foi extinta, fato este que levou à desorganização de todo sistema oficial de ATER, provocou extinções, fusões, sucateamento e principalmente perda da organicidade e articulação entre instituições executoras do serviço. No ano seguinte, os serviços de assistência técnica e extensão rural voltam a receber tratamento específico através da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola, também conhecida como Lei Agrícola, tratando especificamente de ATER (BRASIL, 1991). Embora a Lei Agrícola fosse específica

para ATER, não conceituava assistência técnica e extensão rural, permitindo que estas continuassem a serem interpretadas como processo, política e instituição, como já mencionado antes (PEIXOTO, 2008).

Com a extinção da EMBRATER, as ações de ATER ficaram a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), não sendo relevante como política pública de desenvolvimento rural. Em 2003 as atribuições de ATER foram transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), onde então um grupo de especialistas em extensão rural elabora a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O objetivo da PNATER é estimular e apoiar iniciativas para o desenvolvimento do meio rural com sustentabilidade, fortalecendo a agricultura familiar visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais (DEPONTI, 2010).

Um dos enfoques da PNATER é promover o uso de metodologias participativas, utilizando princípios agroecológicos como suporte técnico para o desenvolvimento rural e sustentável. Sendo assim, as ações para a implementação da PNATER são direcionadas, especialmente, para a capacitação dos extensionistas, construindo processos de diálogos entre educador e educando, buscando abandonar a formação convencional pautada na persuasão para adoção de tecnologias. Portanto, espera-se que o extensionista seja um mediador de saberes e agente impulsionador do desenvolvimento, considerando o conhecimento dos agricultores e motivando-os a participar das tomadas de decisões, no intuito das soluções estarem de acordo com a realidade local. Por isso, além do profissional extensionista ter uma formação técnica na sua área de conhecimento, é importante apropriar-se de conhecimento em outras áreas das ciências, isso contribui no estabelecimento de parcerias profissionais e na construção de uma visão holística (DEPONTI, 2010).

No Rio Grande do Sul, a EMATER surge a partir de recomendações feitas pela EMBRATER aos governos estaduais, com intuito de substituir a ASCAR. Em março de 1977 a EMATER/RS é constituída, passando a coexistir juntamente com a ASCAR. Em dezembro de 1980, o Protocolo Operacional de Ação Conjunta é estabelecido e as entidades passam a ter o nome EMATER/RS-ASCAR. Neste momento, a instituição passa a ser a responsável por executar as políticas de ATER no Rio Grande do Sul, situação que permanece até os dias atuais. Deponti (2010) ressalta que a EMATER/RS é formalmente uma entidade privada com vínculos estreitos com o

estado, este que garante a manutenção da agência sendo sua principal fonte de recursos.

O modelo de ATER legalizado no Brasil foi o público e gratuito, teve seu auge na década de 1970 com a modernização da agricultura e com as políticas de crédito e pesquisa agropecuária. Nos anos 1980 as mudanças nas políticas públicas influenciaram no crescimento de outros instrumentos de fomento à agropecuária, houve também neste período redução dos recursos voltados ao crédito rural e para serviços de ATER. Nesta mesma época, com a consolidação dos sistemas agroindustriais surge um mercado de ATER privado, voltado a serviços de venda e pós-venda de equipamentos, matéria-prima e insumos agrícolas para agroindústrias. O público alvo deste mercado eram os médios, grandes produtores rurais e agricultores familiares integrados a agroindústrias (PEIXOTO, 2008).

Nos anos 90, a partir de ações do Movimento Sem-Terra e movimento de trabalhadores rurais, o agricultor familiar é categorizado. De acordo com o conceito estabelecido, o agricultor familiar é produtor rural que utiliza essencialmente mão de obra familiar para produzir. Este conceito conduziria à intensificação de políticas públicas, para fortalecimento da categoria no restante dos anos 90. Uma importante política criada nesta época foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), do qual o objetivo inicial era fornecer crédito de investimento e custeio aos agricultores que tinham 80% da renda oriundas da sua unidade de produção agrícola (PEIXOTO, 2008).

Nesta mesma década os serviços de ATER começam a serem repensados não apenas no Brasil, mas nos países ao redor do mundo. Isso ocorre principalmente devido as restrições financeiras, que obriga os serviços de extensão rural a se adaptarem a nova realidade. Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento os serviços de ATER privados ganharam espaço atendendo as grandes propriedades agrícolas (entre 500 ha e 1000 ha). Foi assim no Brasil, a maior parte das grandes propriedades rurais produtoras de grãos passaram a utilizar os serviços de ATER privado em detrimento da pública. Diante disso, as discussões acerca dos serviços de ATER públicos “esfriam”, sendo retomadas apenas nos anos 2000. Destaca-se que neste período, dos anos 90, os agricultores familiares ficam desassistidos, o acesso ao serviço fica mais difícil, principalmente nas regiões norte e nordeste do país (PEREIRA E CASTRO, 2022).

Somente nos anos 2000 o debate em torno da ATER pública é retomado. A criação da Política Nacional de ATER em 2004 estabelece que este serviço deve ser voltado, prioritariamente, para os agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais e povos indígenas. Neste momento, a orientação dos serviços de ATER pública é promover a inclusão social da população rural mais pobre, respeitando suas diversidades sociais, culturais, econômicas, étnicas e ambientais. Em 2010, esta política foi substituída parcialmente por regulamentação específica na PNATER, orientada pelo PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária), instituídos pelo Decreto nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 (PEREIRA E CASTRO, 2022).

A lei 12.188 de 2010 conceitua ATER como serviço de educação não formal continuado, que visa favorecer o desenvolvimento do meio rural. A lei estabelece princípios que buscam a sustentabilidade, preservação do meio ambiente, gratuidade, acessibilidade, equidade, entre outros. Quanto ao PRONATER, estabelece diretrizes para execução do programa (BRASIL, 2010). É por intermédio da EMATER que as políticas de ATER são realizadas nos estados, logo a agência relaciona-se diretamente a PNATER.

A EMATER/RS-ASCAR é constituída por profissionais de diversas áreas de conhecimento. Entretanto, a área de ciências agrárias é a mais representativa, pois a maioria dos profissionais são agrônomos e técnicos agrícolas. A capacitação dos funcionários é baseada em cursos e seminários, há pouco estímulo para a busca de formação profissional a nível de graduação ou pós-graduação. Com isso, frequentemente metodologias inovadoras deixam de serem aplicadas em escritórios locais, por estes não dominarem adequadamente tal metodologia. O perfil do técnico também vai influenciar no ajuste dessas novas tecnologias no seu local de trabalho (DEPONTI, 2010).

Os perfis de extensionistas e agricultores são diversos, com isso influenciando nas formas de intervenção rural e adesão de novas metodologias e tecnologias. Posturas autoritárias ou democráticas determinam a adesão às intervenções rurais, assim como podem estimular ou não tomadas de decisões participativas. Práticas antigas de intervenção e manutenção de métodos tradicionais, contribuem para que a EMATER/RS-ASCAR permaneça desatualizada. Para alguns técnicos a postura adotada depende do público atendido. Isso ocorre para o estabelecimento de

relações, abrindo espaço para negociações e mediação de conflitos (DEPONTI, 2010).

O percurso histórico da instituição levou a EMATER/RS-ASCAR ao cenário atual, marcado pela redução de recursos. A falta de condições de trabalho devido à cortes de recursos pelo governo do estado, resultam na desmotivação para realização do trabalho. A agência tem suas potencialidades e fragilidades. Apesar das dificuldades, a EMATER/RS-ASCAR é reconhecida como a agência mais importante em intervenções no meio rural. Também exerce papel fundamental na implementação de políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores. Estes que tem na instituição seu principal meio de acesso aos serviços de ATER (DEPONTI, 2010).

5. ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o período do estágio foi possível acompanhar os Engenheiros Agrônomos, o Técnico agrícola e a Extensionista social nas suas diversas funções no escritório. As principais atividades realizadas abrangeram o Programa Monitora Ferrugem RS, cadastramentos de agricultores no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e vistorias do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Outras atividades envolveram visitas às agroindústrias, pomares de uva e lavouras de soja, arroz, milho e fumo. Ainda ocorreram participações em eventos e visitas à comunidade indígena da região. Todas as atividades realizadas durante o estágio tiveram acompanhamento e supervisão dos funcionários da EMATER/RS-ASCAR de Camaquã.

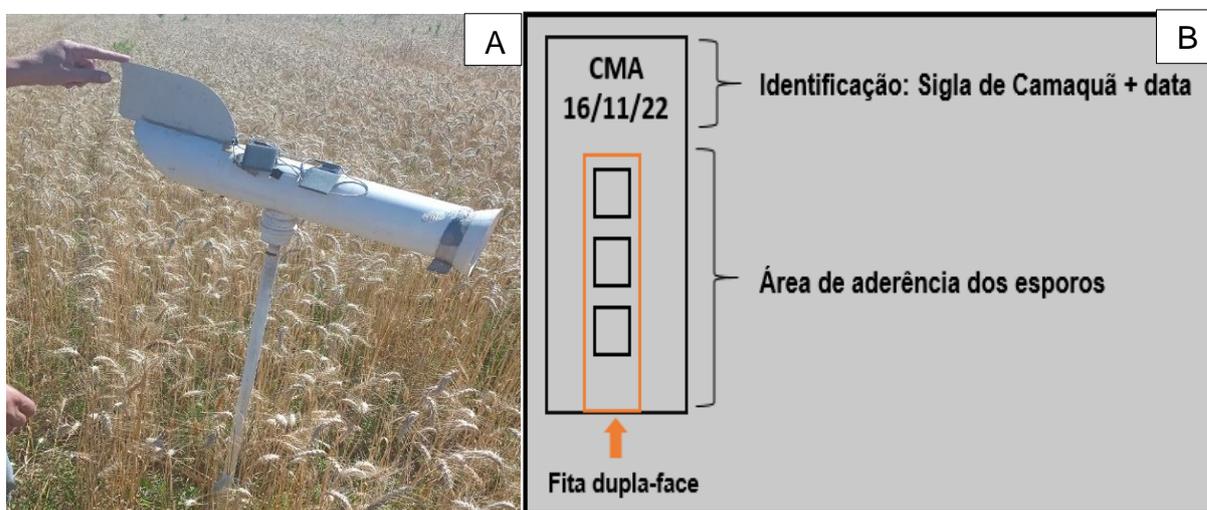
5.1 Programa Monitora Ferrugem RS

O Programa Monitora Ferrugem RS visa o monitoramento de esporos da Ferrugem Asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) da soja nas regiões produtoras. O programa está sob a coordenação da EMATER-RS/ASCAR e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do RS. Tem como colaboradores instituições federais de ensino e pesquisa e laboratórios privados. O objetivo principal é desenvolver uma ferramenta que contribua para a racionalização do uso de insumos, diminuindo danos ambientais e custos de produção. A metodologia

utilizada é a detecção da presença de esporos do fungo, associada às condições meteorológicas.

Para isso, foram distribuídos coletores de esporos em 48 municípios do estado, dentre estes, Camaquã. Durante o período de estágio, foi possível acompanhar a atividade do Engenheiro Agrônomo no desenvolvimento do programa. Semanalmente, foram realizadas as coletas das lâminas no coletor de esporos (Figura 4), localizado em uma das propriedades produtoras de soja da região.

Figura 4 - Coletor de esporos (A) e Representação da lâmina confeccionada para ser posicionada no coletor de esporos (B).



Fonte: Autora, 2023.

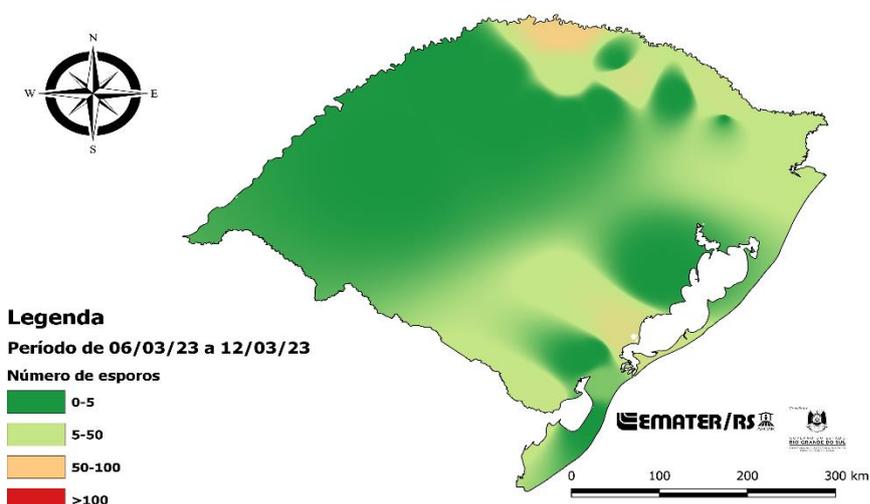
O coletor de esporos é constituído de haste e cano de PVC, que se movimenta conforme direção e velocidade do vento. Na parte interna do coletor de esporos, por meio de um suporte, é posicionada uma lâmina de laboratório com fita dupla-face. A partir do ar que passa no interior do coletor, os esporos ficam aderidos à lâmina. Esta é retirada e substituída semanalmente. Deve ser retirada cuidadosamente do coletor, para que não ocorra contaminação por impurezas que possam prejudicar a análise. Após, é colocada em um tubo cônico e enviada, via Correios, ao laboratório para contagem dos esporos.

A lâmina é preparada manualmente pelo técnico, conforme molde fornecido pela EMATER/RS-ASCAR (Figura 4). É identificada de acordo com o sigla corresponde ao município e data do dia que é colocada no coletor. Através da análise das lâminas, ocorre a detecção da presença e quantidade de esporos. Com isso, é

possível gerar mapas indicativos de predisposição da ocorrência da Ferrugem Asiática da soja.

Os mapas gerados (Figura 5) auxiliam técnicos e produtores na tomada de decisão e adoção de medidas para o manejo da doença. O programa fornece o embasamento para decidir o melhor momento para iniciar a aplicação de fungicidas. O monitoramento favorece o manejo mais eficiente e ameniza o impacto ambiental. As informações e mapas do Programa Monitora Ferrugem RS são atualizados toda semana e podem ser acessados no site da EMATER/RS-ASCAR.

Figura 5 - Mapa da ocorrência de esporos da Ferrugem Asiática da soja - safra 2022/23, Rio Grande do Sul.



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 2023.

5.2 Registro e emissão do documento do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-PRONAF)

Foi realizada, diariamente, a emissão do documento CAF – PRONAF dos agricultores familiares de Camaquã. Este documento substituiu a DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF). O CAF-PRONAF permite ao agricultor familiar o acesso ao crédito rural no âmbito do PRONAF e à políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família. O documento é utilizado pelas instituições bancárias, para enquadramento nas diferentes linhas de crédito do PRONAF.

O registro do CAF-PRONAF é realizado pelo sistema eletrônico CAFweb. Apenas entidades cadastradoras da Rede CAF tem acesso ao sistema. A EMATER, Prefeituras municipais e Sindicatos representativos da agricultura familiar são as entidades públicas autorizadas a realizar a inscrição no CAF e emitir seu respectivo registro. Em Camaquã, a obtenção do documento é realizada apenas pela EMATER. Antes de emitir o documento, é necessário fazer a inscrição do agricultor no CAF.

Foram realizadas no período de estágio, rotineiramente, registros no CAF utilizando o sistema CAFweb. Para a inscrição e registro eram necessários que o agricultor apresentasse os seus documentos e do grupo familiar. Estes documentos são: identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física), comprovante de residência, documentação comprobatória de propriedade e/ou posse da terra e notas fiscais do ano agrícola. Podendo a documentação da terra ser escritura pública, registro cartorial, Cadastro Nacional de Imóveis rural (CNIR), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e contratos de arrendamentos, de parceria, de comodato, de meação e usufruto. Além dos valores das notas fiscais, fazem parte da renda os cultivos de subsistência (feijão e milho, principalmente) e silvicultura (eucalipto) provenientes da propriedade. Os documentos foram digitalizados, organizados e identificados em pasta compartilhada em rede para iniciar o registro.

Na primeira etapa é realizada a triagem dos agricultores no CAF. Através do CPF, tamanho da área (hectare) e renda total o sistema identifica se o agricultor está apto a realizar o registro no CAF. Estando apto, iniciava-se o registro adicionando as informações pessoais do declarante e do seu grupo familiar. Seguindo o cadastro os cultivos que compõe a renda são adicionados separadamente. Para cada cultivo selecionado deve-se informar o valor correspondente à receita do agricultor. Após são registrados o endereço e as coordenadas geográficas da propriedade (latitude e longitude). Com a ajuda do agricultor a propriedade é localizada através da ferramenta Google Maps e obtêm-se desta forma as coordenadas.

Para finalizar o cadastro e para que o CAF esteja ativo, os documentos digitalizados são anexados no sistema para comprovação das informações prestadas pelo requerente. Ao final do cadastramento é emitida a Declaração de Veracidade, esta deve ser assinada pelo requerente, digitalizada e anexada no sistema pelo cadastrador. Assim o cadastro é finalizado. Verifica-se através da aba “Extratos” se o CAF está ativo, por meio da inserção do CPF. As informações estando completas, atualizadas e de acordo com os requisitos de enquadramento das políticas de

5.3 Vistorias do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

No decorrer do estágio foram realizadas vistorias para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO – nos municípios de Guaíba e Chuvisca. O programa visa isentar o produtor rural de obrigações financeiras relativas aos financiamentos rurais de custeio agrícola, em ocasião da lavoura assistida ter sua receita reduzida devido à ocorrência de eventos climáticos (seca, geada, etc.), pragas ou doenças. O foco principal do programa são os pequenos e médios produtores.

A contratação do PROAGRO é feita por bancos ou cooperativas de crédito no contrato de financiamento da lavoura, em cláusula específica. Assim que ocorre o dano na lavoura, o beneficiário informa ao banco imediatamente por meio de formulário. O banco então envia um perito avaliador. Este perito faz a análise da lavoura e confere se está dentro das normas estabelecidas, ao final elabora o Relatório de Comprovação de Perdas.

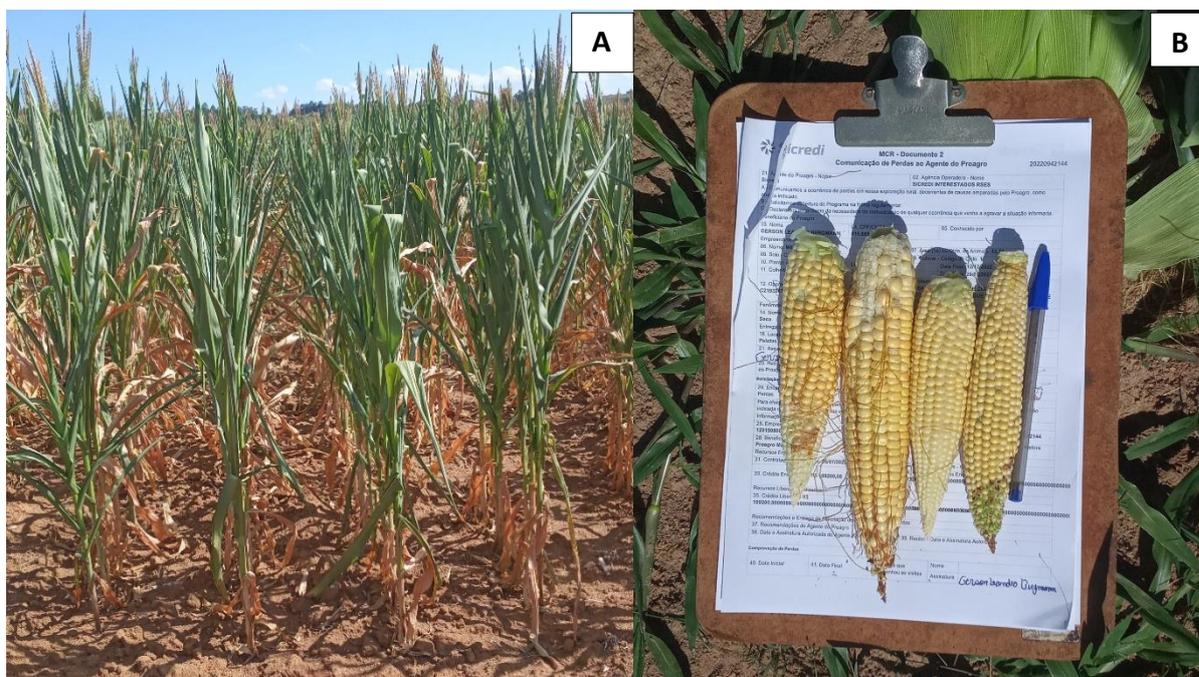
É fundamental para recebimento da indenização respeitar as condições estabelecidas pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) divulgadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para cada município. Além disso, todas as notas fiscais dos insumos utilizados na lavoura, devem estar no nome do beneficiário, caso contrário podem ser desconsideradas para a indenização.

As vistorias durante o estágio foram realizadas em lavouras de milho. Para proceder a perícia o banco envia a Comunicação de Perdas ao Agente do PROAGRO, contendo as informações de contato com o beneficiário, tamanho da área que deve ser avaliada, cultivar plantada, data de semeadura, roteiro de acesso à propriedade, entre outras informações. Antes das vistorias, foram consultadas as portarias vigentes de ZARC para os municípios, com objetivo de verificar se as cultivares e datas de semeadura estavam de acordo com o estabelecido. Constatou-se que estavam em conformidade com o ZARC. Após, as lavouras foram inspecionadas.

Chegando nas propriedades os técnicos foram recebidos pelos beneficiários. É obrigatório que o beneficiário ou pessoa nomeada por ele, esteja presente no momento da vistoria. Prosseguia-se com a inspeção nas notas fiscais e insumos utilizados na safra. Já na lavoura observou-se de imediato os danos ocasionados pela estiagem severa que atingiu o Rio Grande do Sul nos últimos três meses de 2022. Os efeitos da estiagem observados foram o enrolamento das folhas e espigas com tamanhos irregulares e grãos mais leves (Figura 7). A falta de chuvas e altas

temperaturas que coincidiram com a fase de enchimento de grão da cultura agravaram a situação levando a perdas de produtividade.

Figura 7 - Danos causados pela estiagem na planta de milho (A) e espigas colhidas da lavoura (B).



Fonte: Autora, 2023.

Ainda na lavoura, a população de plantas foi estimada através do número de plantas por metro linear. Todas as áreas de plantio registradas no projeto de crédito, foram vistoriadas. Estas áreas devem ser informadas no projeto de acordo com as coordenadas geográficas. Foram fotografadas as lavouras e espigas (Figura 7), pois Relatório de Comprovação de Perdas deve conter este registro, para uso do Agente do PROAGRO. Também deve ser fotografado o beneficiário junto com a lavoura para envio ao banco. As fotografias devem ter as informações de data e coordenadas registradas, por isso são feitas através de aplicativos específicos.

Após as vistorias e de posse das informações necessárias, os técnicos elaboraram o Relatório de Comprovação de Perdas. O relatório contém as informações do encarregado da vistoria, identificação do beneficiário, todas as informações referentes a cultura e manejo durante a safra, o evento adverso e a conclusão da inspeção. Nos casos vistoriados, foram estimadas perdas de 90% da produção. Com isso os beneficiários tiveram acesso à indenização.

5.4 Outras atividades realizadas

As demais atividades do estágio foram o acompanhamento das lavouras, visitas aos pomares de uva e pequenas agroindústrias da região e participação em eventos. Diariamente aconteciam saídas à campo com objetivo de acompanhar as lavouras de soja, arroz, fumo e milho do município. Foram observados os aspectos fitossanitários, ocorrência de pragas e plantas daninhas.

No geral as lavouras apresentavam bom desenvolvimento. Quanto às plantas daninhas, a buva (*Conyza spp.*) é a principal infestante na região. Muitas das lavouras de soja visitadas encontravam-se próximas à áreas com grandes infestações de buva. Isso contribuiu para a presença da invasora nas plantações, já que é facilmente disseminada pelo vento. Nas lavouras de fumo foi possível acompanhar a maneira que é realizada a colheita. Esta é realizada de forma manual, prioritariamente pelo grupo familiar. As folhas são colhidas da planta de fumo de baixo para cima e dispostas em feixes, para serem transportadas até a estufa (Figura 8).

Figura 8 - Colheita do fumo na região serrana de Camaquã.



Fonte: Autora, 2022.

As visitas aos pomares de uva aconteceram semanalmente no período de estágio, visando o acompanhamento das produções. As videiras apresentavam boa sanidade e frutos de boa qualidade. A produção de uva no município é voltada para o

consumo *in natura* e fabricação de produtos, como vinho e sucos. Os produtos são elaborados pelos produtores e suas famílias em pequenas agroindústrias montadas nas propriedades, estas que também são assistidas pela EMATER/RS-ASCAR e foram visitadas no estágio. Durante as visitas foi possível conhecer parte do modo de fabricação de alguns dos produtos e equipamentos utilizados (Figura 9).

No intuito de estimular o consumo das uvas cultivadas no município, todos os anos a EMATER//RS-ASCAR e a Prefeitura municipal de Camaquã promovem a Mostra da Viticultura. O evento em 2023 teve sua 4ª edição, sendo realizado nos dias 27 e 28 de janeiro. Além do fruto *in natura*, no evento são comercializados sucos artesanais, vinhos, espumantes, geleias, cucas entre outros produtos (Figura 9). Todos estes derivados da uva e fabricados pelas agroindústrias familiares. Além de divulgar os produtos, a Mostra de Viticultura também busca integrar e incentivar os viticultores da região.

Figura 9 - Agroindústrias visitadas (à esquerda e direita superior) e produtos comercializados na Mostra da Viticultura de Camaquã (à esquerda e direita inferior).



Fonte: Autora, 2023.

Outro evento acompanhado foi o Seminário Rota dos Butiazais, realizado no dia 23 de novembro de 2022 (Figura 10). A Rota dos Butiazais é denominada como uma rede que conecta pessoas e ecossistemas, visando a conservação e uso

sustentável em territórios remanescentes de ecossistemas de butiazais ou onde o valor histórico e cultural do butiá se destaca. O objetivo do evento foi apresentar potencialidades e desafios no uso do butiá. Para isso, foram ofertadas oficinas de artesanato e culinária utilizando o fruto e palestras. O seminário ainda trouxe uma das lideranças indígenas para ressaltar a importância do butiá para os povos originários, principalmente para o artesanato.

Figura 10 - Mapa de abrangência da Rota dos Butiazais (à esquerda), artesanato produzido a partir das folhas do butiá (à direita superior) e livros elaborados a partir do programa (à direita inferior).



Fonte: Autora, 2022.

Um trabalho essencial da EMATER/RS-ASCAR é a assistência junto aos povos indígenas do município. Durante o estágio, ocorreram visitas à aldeia Yvy ã Poty (Flor da Serra) da etnia Guarani Mbya, localizada no 4º distrito (Bonito). Foram entregues às famílias da aldeia sementes de hortaliças e feijão. O Engenheiro Agrônomo estava presente para instruir quanto à época de semeadura, cultivo, manejo e colheita. O

objetivo principal das doações de sementes, é garantir a soberania alimentar dos povos indígenas.

6. DISCUSSÃO

Conforme mencionado por Peixoto (2008) o conceito de Extensão Rural não é autoexplicativo. Pode ser definido nas formas de processo, instituição e política. Ao acompanhar as atividades da EMATER-RS/ASCAR, foi possível perceber a Extensão Rural como uma associação entre as três definições.

A diversidade de serviços prestados pela instituição abrange o processo difusão de conhecimento, acesso à políticas públicas e a instituição que constrói e coloca em prática os processos de aprendizado. Logo, a Extensão rural acontece considerando todos fatores que integram a agricultura: os agricultores, o meio rural, aspectos socioeconômicos e ambientais. De acordo com Lisita (2005), a fase “humanismo crítico” perdura até os dias atuais. Nesta fase os extensionistas devem considerar os aspectos sociais, culturais e ambientais e conhecimentos empíricos do agricultor. Ao acompanhar a rotina da EMATER-RS/ASCAR de Camaquã, foi possível verificar que todos estes fatores são considerados. Os agricultores são atendidos conforme sua individualidade, seus conhecimentos e valores são respeitados.

A pluralidade nas atividades da EMATER, demanda dos técnicos conhecimentos em diversas áreas, como referia-se Deponti (2010). Nos registros do CAF, muitos agricultores solicitavam orientações referentes aos documentos da terra, por exemplo, o que requer do técnico conhecimento sobre certificação de terreno. No âmbito do crédito rural, além das políticas públicas relacionadas ao PRONAF, os técnicos devem ter conhecimentos bancários básicos para melhor orientar o produtor. Rotineiramente, os técnicos buscam informações junto aos bancos via telefone ou e-mail. Com isso, foi estabelecida uma relação amigável da EMATER com as instituições financeiras do município ao longo do tempo. Isto facilitou diálogos, favorecendo a rápida resolução de adversidades para o agricultor obter o crédito rural.

Ao realizar os registro do CAF, foi possível observar as fragilidades que o sistema CAFweb apresenta. Seguidamente o sistema encontra-se “fora do ar” ou com lentidão. Fato este, que foi frequente durante o período de estágio. O mau funcionamento do sistema faz com que o cadastrador passe dias tentando realizar o cadastro. Esta situação causa desconfortos principalmente para agricultor, que muitas

vezes reside em localidades distantes e vem à cidade apenas realizar o cadastramento. Nestes casos, os técnicos digitalizam os documentos necessários e permanecem fazendo tentativas de finalização. Sendo finalizado o cadastro, o declarante é informado via telefone, comparece no escritório para assinatura da Declaração de Veracidade e a carteirinha do CAF é emitida. Este documento é emitido com o principal objetivo de acesso às políticas de crédito do PRONAF. Assim sendo, é obrigatório constar no cadastro o registro de cultura utilizadas na alimentação. Apenas com a cultura do fumo não será permitido ao agricultor acesso à política.

A EMATER-RS/ASCAR exerce papel fundamental no desenvolvimento rural e sustentável, promovendo melhoria na qualidade de vida da população rural. Foram recorrentes em atendimentos realizados no estágio relatos de produtores que alcançaram objetivos como a compra de terras para produção de grãos ou hortaliças, por exemplo, com auxílio da EMATER e por meio de políticas do PRONAF. Com isso, foram estabelecidos vínculos de confiança entre produtor e técnico no decorrer do tempo. Estes vínculos fortalecidos facilitam os processos de diálogos e intervenções, estimulando o agricultor a participar das tomadas de decisões, considerando todo o contexto rural que o agricultor está inserido. Portanto o extensionista é um mediador de saberes e um agente de desenvolvimento, como colocado por Deponti (2010).

É também atribuição da EMATER-RS-ASCAR, fazer vistorias nas lavouras da região. Esta atividade de rotina no estágio possibilitou explorar os conhecimentos adquiridos durante a graduação. O conteúdo trabalhado em disciplinas como Cereais de Inverno, Cereais de Estação Estival, Leguminosas de Grãos Alimentícios, Herbologia, Fisiologia Vegetal, Manejo e Conservação do Solo entre outras, foram constantemente empregados. Além da identificação de plantas daninhas, foram discutidas questões acerca do manejo e controle. Frequentemente, processos erosivos foram observados nas áreas, ocasionado pela forma de plantio mais utilizada na região: “morro acima morro abaixo”. O preparo convencional do solo ainda é o mais comum no município, principalmente nos terrenos declivosos da região serrana. Apesar dos esforços dos técnicos em recomendar o plantio em contorno e manutenção da palhada na superfície do solo, alguns agricultores apresentam resistência em absorver novas práticas de cultivo.

Os conhecimentos proporcionados pela disciplina Extensão e Desenvolvimento Rural, mostraram-se muito significativos ao longo do estágio. Os conteúdos abordados, colaboram para o elaboração de práticas participativas inclusivas aos

atores e público da extensão rural. Práticas estas que são foco da PNATER e motivadas pela EMATER-RS/ASCAR. Ainda pode-se citar assuntos discutidos na disciplina de Sociologia Rural, como sucessão familiar na agricultura, que foi assunto frequente nos diálogos com os fumicultores, refletindo na importância de disciplinas que proporcionem discussões acerca dos aspectos sociais, culturais, econômicos e étnicos da agricultura familiar.

As visitas às agroindústrias possibilitaram conectar os aprendizados da disciplina Sistemas Agroindustriais e Mercados Agrícolas às funções do Engenheiro Agrônomo junto à agroindústrias familiares. Neste segmento o Engenheiro Agrônomo é de suma importância, pois sua atuação vai além de recomendações técnicas. Atua da elaboração do projeto para montagem da agroindústria até a comercialização dos produtos fabricados. Neste caso, destaca-se a atuação da extensionista social do escritório de Camaquã que atua especialmente com as agroindústrias. Junto aos agrônomos, está constantemente estimulando e auxiliando este segmento, através da promoção de eventos e criação de produtos, como cestas de mercadorias para comercialização. Um exemplo disto é a Mostra de Viticultura, que foi criada com objetivo de divulgar, valorizar e comercializar os produtos agroindustriais produzidos pelas famílias do município.

A EMATER-RS-ASCAR é a instituição mais importante quando se trata de extensão rural no estado. Atendendo pequenos e médios produtores em muitos aspectos socioeconômicos. A entidade é responsável por garantir os serviços de ATER com gratuidade e acessibilidade, conforme a Lei nº 12.188. Apesar das reduções em aporte de verbas, há empenho dos profissionais do escritório de Camaquã para garantir assistência técnica e extensão rural de qualidade. Tendo a agricultura familiar como público principal, a instituição é a base fortalecedora para desenvolvimento e geração de renda dos pequenos produtores rurais.

Ademais, a EMATER-RS-ASCAR é responsável por empregar grande parte dos Engenheiros Agrônomos. Os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de agronomia, formam profissionais para atuar em diversas áreas. A multidisciplinariedade do curso permite aos profissionais trabalhar visando sustentabilidade, auxiliando os produtores e respeitando suas singularidades. Tudo isso, faz deste profissional o principal condutor da extensão rural, tendo papel amplo e interdisciplinar, deste modo difundindo ensinamentos e informações. Por

consequente estimulando o desenvolvimento sustentável, econômico e social nos locais onde atua.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de estágio foi possível vivenciar a rotina do Engenheiro Agrônomo, no escritório da EMATER/RS-ASCAR de Camaquã, acompanhando as atividades referentes ao CAF, Programa Monitora Ferrugem RS, PROAGRO, eventos e acompanhamento à lavouras entre outras atividades realizadas no escritório. Todas as atividades evidenciam a pluralidade deste profissional. Na extensão rural, o Agrônomo trabalha especialmente com agricultura familiar e constrói ao longo do tempo relações interpessoais com estas famílias.

A experiência na extensão rural em Camaquã denotou a importância da EMATER/RS-ASCAR para o pequeno agricultor. A instituição assegura serviços de ATER com qualidade, acessibilidade, equidade, sustentabilidade e respeito à diversidade. É a grande responsável pela execução de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Com isso, possibilitando desenvolvimento através da geração de renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida da população do meio rural. Os agricultores camaquenses apresentam objetivos sólidos e com perspectivas de crescimento. Portanto, espera-se que as políticas públicas para este público se fortaleçam induzindo o município ao crescimento contínuo.

O agrônomo que opta por trabalhar na extensão rural tem desafios e aprendizagens diárias. Portanto deve atualizar-se constantemente, na procura por aperfeiçoamento profissional. Os conhecimentos técnicos e práticos transmitidos durante a graduação, formam um Engenheiro Agrônomo capaz de atuar em locais diversos. Assim sendo, contribuindo para aumento de produtividades e desenvolvimento de técnicas e tecnologias que melhorem práticas agrárias e zootécnicas, visando sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

Junto à experiência na extensão rural, as disciplinas e vivências da graduação contribuem na formação de profissionais preparados para trabalhar na construção de uma agricultura justa e sustentável. Os aprendizados proporcionados durante a graduação, constituíram uma base sólida para atuação como Engenheira Agrônoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANATER; EMATER-RS. **Plano de trabalho do instrumento específico de parceria entre ANATER e EMATER/RS para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Porto Alegre, 2021. Disponível em <<https://www.anater.org/wp-content/uploads/2021/05/PT-EMATER-RS-2021.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm> Acesso em 23 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Brasília, DF, 1991. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm> Acesso em 20 de maio de 2023.

CAVALAR, Bolívar. **Senge-RS afirma que falta de funcionários na Emater prejudica Extensão Rural**. Jornal do Comércio, 2022. Disponível em <<https://www.jornaldocomercio.com/agro/2022/08/862252-senge-rs-afirma-que-falta-de-funcionarios-na-emater-prejudica-extensao-rural.html>> Acesso em 29 de abril de 2023.

Coordenação-geral do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura e Pecuária, Brasília, 2021. Disponível em <<https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/pdf/Apresentacao-Visao-Geral-do-CAF.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2023.

CUNHA, Noel Gomes da *et al.* **Estudos dos solos do município de Camaquã – RS**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2000. 99p. Embrapa Clima Temperado. Circular Técnica, nº 20. Disponível em

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/41437/1/camaqua.pdf>> Acesso em 18 de maio de 2023.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

EMATER/RS-ASCAR. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Porto alegre, RS, 2023. Disponível em <<https://www.emater.tche.br/site/index.php>> Acesso em 30 de abril de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua/pesquisa/24/76693>> Acesso em 30 de abril de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Camaquã**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/camaqua/panorama>> Acesso em 4 de maio de 2023.

LISITA, Frederico Olivieri. **Considerações sobre Extensão Rural no Brasil**. 2005. ADM. Artigo de divulgação na mídia, n. 77, Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, abril de 2005.

Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em <<https://antigo.mma.gov.br/biomas/pampa.html>> Acesso em 28 de abril de 2023.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria legislativa do Senado Federal – Coordenação de estudos. Texto para discussão 48, Brasília, outubro de 2008.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, Cesar Nunes de. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e no mundo: Qual o papel da ATER pública?**. *In*: Santos, Gesmar Rosa dos; Silva, Rodrigo Peixoto da (coord.). Agricultura e Diversidades:

trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. ed 1a. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022. cap 10. p. 348-373.

Quais são os 30 municípios que mais produziram. SindiTabaco, 2019. Disponível em <<https://www.sinditabaco.com.br/item/quem-sao-os-30-municipios-que-mais-produziram/>> Acesso em 30 de abril de 2023.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos *et al.* **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária(EMBRAPA). 2ed. Brasília, 2006.

SEBRAE/RS. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas 2020 - Camaquã.** Disponível em <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Camaqua.pdf> Acesso em 30 de abril de 2023.

WERLANG, Álvaro; TRAININI, Marcos Miller. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Região Centro-Sul 2015-2030.** Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Centro-Sul – COREDE. São Jerônimo: ed. Fotografica, agosto de 2016. Disponível em <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144206-plano-centro-sul.pdf>> Acesso em 14 de maio de 2023.